

- **Programa do curso Eco 1673 (Departamento de Economia – PUC-Rio, 2016.2) “O sistema monetário brasileiro: aspectos institucionais e jurídicos”.**

01.09.2016

Eco 1673, 2016.2

Seminário em Economia Aplicada

O sistema monetário brasileiro: aspectos institucionais e jurídicos

Prof. Gustavo H. B. Franco

Natureza e temas. As políticas macroeconômicas não são feitas no vácuo, mas dentro de referências institucionais e legais muito definidas, que limitam e condicionam a atuação dos economistas, especialmente quando trabalhando no serviço público formulando políticas econômicas. Embora a profissão dedique alguma atenção à importância das instituições e às leis genericamente, pouco ou nada de verdadeiramente prático é ensinado sobre estes assuntos. O caso mais comum é o de economistas destituídos de capacidade para dialogar com os profissionais da área jurídica, como bem demonstra a triste experiência dos “pacotes econômicos” começando pelo Plano Cruzado. Fazer política econômica dentro de um “Estado de Direito” pressupõe que o profissional de economia possa dialogar com as leis e instituições que corporificam a Democracia, sendo esta a lacuna que este curso pretende contribuir muito modestamente para preencher. O curso adota, com grande ênfase, uma perspectiva histórica para entender a formação das instituições e o desenho de várias leis e regulamentos fundamentais para o universo de preocupações dos economistas. Na verdade, a história monetária brasileira, *vista através dos instrumentos legais que a determinaram*, permite novas percepções sobre a divergência, às vezes enorme, entre as narrativas do desenvolvimento brasileiro e as políticas públicas efetivamente praticadas, tal como vistas pelo Diário Oficial.

Aulas e notas. O curso consiste em aulas expositivas, colóquios e apresentações conduzidos pelos alunos. Em quase todas as aulas haverá entre 1 e 3 apresentações de alunos, entre meia hora e hora e meia, de tal sorte a que todos os alunos se apresentem ao menos uma vez. Uma apresentação vale 1/3 da nota final, duas valem metade. As apresentações terão temas e bibliografia básica, à qual o aluno não deve se limitar. O restante da nota final será dado por uma prova final, com notas relativas, a ser entregue até o fim do período para provas finais. A prova final é na modalidade “take home” e deverá ser *disponibilizada em 16 de dezembro para entrega em 20 de dezembro*. As provas de edições anteriores deste curso podem ser lidas em <http://www.economia.puc-rio.br/gfranco>. Este programa, com links para as leituras, também estará neste mesmo site.

Pré-requisitos. Além dos requisitos formais (100 créditos e CR mínimo), idealmente, os alunos de economia devem ter cursado Macro A e B e Economia Brasileira 1 e 2, mas não é imprescindível. Também é importante, mas não essencial que os alunos sejam capazes de ler em inglês com desenvoltura. Estudantes do curso de Direito poderão inscrever-se, formal ou informalmente; não há restrições a alunos ouvintes.

Leituras. Diferentemente dos cursos regularmente oferecidos no Departamento de Economia, neste as leituras compreendem muitas obras de referência. Ao manusear leis, sentenças, pareceres, o aluno deve desenvolver a habilidade de ler seletivamente, e saber onde procurar. A lista de leitura foi deliberadamente ampliada para fornecer referências para as apresentações e para a prova. A indicação de “leitura obrigatória” (#) serve para que o aluno chegue ao momento da prova já familiarizado com estes textos, e possa explorar outros materiais na prova. Cópias da maior parte das leituras estarão disponíveis em meio eletrônico, caso em que o texto estará na Home Page e também em <http://www.economia.puc-rio.br/gfranco>, ou na pasta do curso na copiadora.

Roteiro tentativo de aulas & temas

(*) indica seminário & apresentação. (**) indica 2 apresentadores em disputa
Aula 1. (26.08) – Introdução, programa. Evolução de longo prazo do sistema monetário brasileiro (handout em PPT).

1. Do metal para o papel

Aula 2. (02.09) – Moeda metálica e transição para a moeda fiduciária: plano geral e aspectos conceituais. O sistema de 1933.

Aula 3. (09.09) – Nominalismo e “curso forçado”: do Dec 23.501/33 ao DL 857/65.

(**) PO, anacronismo ou um direito? Celso Furtado vs. Monteiro Lobato
[16.09 - viagem]

Aula 4. (23.09) – Senhoriagem, natureza da moeda: o estranho caso Alves Reis

(**) julgamento Câmara dos Lordes: Banco de Portugal vs Waterlow and Sons, indenização por perdas e danos

2. Câmbio: controles e liberalização

Aula 5. (30.09) – Controles cambiais: Dec. 23.238/33, Lei 4.131/62 e lei 4.595/65.

(*) mercados “paralelos”, favelização regulatória, informalidade, alcance da regulação

Aula 6. (07.10) – Liberalização cambial, conversibilidade e temas contemporâneos.

(**) Sicsú/Adylson Motta (TCU) vs Decisão ACP Improbidade J. Novély Reis.

3. História do Banco Central

Aula 7. (14.10) – Pré-história, SUMOC (Lei 7.423/44) e tramitação do Projeto Correa e Castro.

(*) Projeto Pasqualini, projetos de lei e substitutivos

Aula 8. (21.10) – Construção institucional do Banco Central do Brasil, Lei 4.595/65.

(*) Sobre a captura. Governança e CMN. Mailson cap. 12.

4. Desconstrução monetária

Aula 9. (28.10) – Usura e crédito direcionado. Litigiosidade: juros “abusivos”, anatocismo e “meia entrada” (**) Gasparian vs Marcos Lisboa. Jurisprudência (Jantália)

Aula 10. (04.11) – Correção monetária, teoria da imprevisão, dívidas de valor, inflação inercial, desindexação. (*) aplicações e limites, cálculos de correção. Acórdão Cordeiro Guerra (RE n. 105.137.0/RS/1985)

5. Planos econômicos heterodoxos

Aula 11. (11.11) – Plano Cruzado e suas inovações. Reforma monetária e conversões
(*) Julgamento da Tablita
Aula 12. (18.11) – Plano Bresser e Verão
(*) Indenizações por manipulação de preços (caso Varig etc)
Aula 13. (25.11) – Plano Collor, reforma monetária e confisco:
(* *) Cid Heráclito vs Ives Gandra. Constitucionalidade.

6. Plano Real

Aula 14. (02.12) – Plano Real – URV, arquitetura jurídica básica, conversões contratuais, lei 8.880/94. Dolarização “sintética”, sistemas bi-monetários.
(*) Larida e *currency board*.
Aula 15. (09.12) - Plano Real – Lei 9.069, instituições e “fundamentos”.
(* *) Controvérsia Art. 38: Simonsen & Reale vs Sturzeneger.
Aula 16. (16.12) – Sumário da evolução institucional, independência do BCB, assuntos em aberto.
(* *) o quarto poder ou a boa governança

Referências & links

1.1. A construção institucional da moeda fiduciária: (1) perspectiva histórica e a construção do imaginário, experiências com o padrão-ouro, e a migração.

- G. H. B. Franco. “Posfácio: Fausto e a tragédia do desenvolvimento brasileiro” em H. C. Binswanger. Dinheiro e magia: uma crítica da economia moderna à luz do Fausto de Goethe. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores, 2010. Ou “O dinheiro como veículo do Mal” Extrato de “A Tragédia do desenvolvimento: um ensaio sobre o pessimismo”, capítulo 6 de “O Desafio Brasileiro: ensaios sobre Desenvolvimento, globalização e moeda” São Paulo: Editora 34.
 - G. H. B. Franco (2016) Moeda, bandeira e o hino: um ensaio sobre a história monetária do Brasil, 1933-2013. (no prelo) Capítulo 2 (#)
 - Handout A Moeda e a Lei.
-

1.2. A construção institucional da moeda fiduciária (2) doutrina, o curso forçado, os controles cambiais e a usura. O novo ordenamento monetário brasileiro fixado em 1933: DL 23.501/33 e DL 857/69. O dinheiro como criatura da lei.

- F. A. Mann. The Legal Aspect of Money with special reference to Comparative Private and Public International Law. Oxford, Clarendon Press, 5th. Edition, 1992. Cap 1 “The concept of money” e Cap 2 “The monetary system, its organization and incidents”. (#)
- Antonio Mendes & E. B. Nascimento. “Estudo de direito monetário: a moeda e suas funções; obrigações monetárias; estipulação e indexação de obrigações monetárias” Revista de Direito Mercantil Nova Série, XXX (84) Dezembro. (##)
- Arthur Nussbaum Money in the Law, national and international – a study in the borderline of law and economics. New York: The Foundation Press, 1950. Section 1

“The concept of money” (#), Section 4 “Legal Tender”, Section 6 “Paper money”.
(##)

- Legislação: DL 23.501/33, DL 857/69 e compilação sobre normas sobre “moeda de pagamento”
-

1.3. A construção institucional da moeda fiduciária (3) controvérsias.

- Celso Furtado (cap. XXVII, Tendência ao desequilíbrio externo, em Formação Econômica do Brasil) vs. Monteiro Lobato Mr. Slang e o Brasil. [Franco & Lago “O processo econômico” em Lilia Moritz Schwarcz. (Org.). A abertura para o mundo 1889-1930. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012 (com Luiz Aranha Correa do Lago)
 - Banco Central de Portugal vs Waterlow sons. Trechos relevantes de Mann e Nussbaum.
 - Cecil Kisch, (1932) The Portuguese Bank Note Case: the story and solution of a financial perplexity London, Macmillan e
 - G. H. B. Franco, Prefácio (“Uma aventura desenvolvimentista”) a O homem que roubou Portugal, de Murray Teigh Bloom, Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2008.
-

2. O ordenamento cambial e moeda “inconvertível” durante a Depressão e no sistema de Bretton Woods: centralização e controles nos anos 1930-62. Lei 4.131 e modificações, o “registro” de capital estrangeiro, e a evolução do regime de controles cambiais. A liberalização nos anos 1990, o flutuante e as CC5, controvérsias recentes, a adoção do Artigo VIII, a polêmica sobre conversibilidade, o conflito de esferas regulatórias e a busca de identidade da nova regulamentação cambial.

- G. H. B. Franco (2016) Moeda, bandeira e o hino: um ensaio sobre a história monetária do Brasil, 1933-2013. (no prelo) Capítulos 3 (controles) e 4 (liberalização). (#)
 - Herculano Borges da Fonseca Regime Jurídico do Capital Estrangeiro (comentários à Lei 4.131, de 3 de setembro de 1962, e regulamentos em vigor), Editora Letras e Artes, Rio de Janeiro, 1963.
 - Jayme Leonel *Controle de câmbios: regime jurídico penal, ensaio com referência à legislação cambial brasileira* Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1955. Cap. III (#)
 - G. H. B. Franco & D. M. Pinho Neto “A desregulamentação da conta de capitais: limitações macroeconômicas e regulatórias” Preparado para o seminário “Aprimorando o mercado de câmbio brasileiro”, promovido pela Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM & F), São Paulo, 4 de dezembro de 2003” (versão condensada)
 - Banco Central do Brasil. “O Regime Cambial Brasileiro: Evolução e Perspectivas” [a cartilha] Diretoria de Assuntos Internacionais, Brasília, Banco Central do Brasil, 1993. (#)
 - Gomes de Souza, Renato A. (2007) Câmbio: dos controles rígidos à liberalização Rio de Janeiro, Editora Renovar. Ou Siqueira, Geraldo M. (2016) Câmbio e capitais internacionais: o relacionamento financeiro do Brasil com o exterior São Paulo, Aduaneiras.
 - Antonio Mendes. “Câmbio, aspectos jurídicos” Preparado para o seminário “Aprimorando o mercado de câmbio brasileiro”, promovido pela Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM & F), São Paulo, 4 de dezembro de 2003”.
-

- Bruno M. Salama. “Regulação Cambial entre a ilegalidade e a arbitrariedade: o caso da compensação privada de créditos internacionais” Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais vol. 13 (50) out/dez 2010.
- Van Der Laan, Cesar; Cunha, André Moreira & Fonseca, Pedro Cezar Dutra (2012) “Os pilares institucionais da política cambial e a industrialização nos anos 1930” Revista de Economia Política 32 (4) outubro-dezembro.
- Galbis, Vicent (1996) “Currency Convertibility and the Fund: Review and Prognosis” Washington, International Monetary Fund, Working Paper Series 96/39.
- Legislação: Decreto 23.238/33, Lei 4.131/62, Lei 4.390/65, DL 55.670/65, legislação cambial compilada, cronologia em Cavalcanti, Banco Central do Brasil. Handout sobre a Construção dos controles e sobre a Liberalização e seus descontentes (#)
- Sicsú, João (2006) “A liberalização financeira brasileira no período 1988-2002” em João Sicsú & Fernando Ferrari Filho (orgs.) Câmbio e controle de capitais: avaliando a eficiência de modelos macroeconômicos Rio de Janeiro, Elsevier.
- Acórdãos TCU (Min. Adylson Motta e Guilherme Palmeira), Rel. CPMI Banestado, Ação de Improbidade MPU, Inicial e Sentenças 1º. e 2º. Grau.

3. A evolução das instituições monetárias: da SUMOC ao Banco Central. Impasses e soluções, Lei 4.595/64, o BC e o CMN. Versão original (projeto Correa e Castro), tramitação, substitutivos e alterações posteriores.

- G. H. B. Franco (2016) Moeda, bandeira e o hino: um ensaio sobre a história monetária do Brasil, 1933-2013. (no prelo) Capítulo 5 (#)
- Eduardo Raposo & Yuri Kasahara "Instituições fortes, moeda estável e Banco Central do Brasil autônomo" *Dados* 54 (4) 2010, pp. 921-957. (#)
- Jairo Saddi. O Poder e o Cofre: repensando o Banco Central. São Paulo, Editora Textonovo, 1997. Caps. 7, ou Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa. Bancos centrais no direito comparado. São Paulo: Malheiros Editores, 2005. Parte Segunda, cap. 1 (pp. 137-154).
- Depoimento Mailson da Nóbrega sobre a abolição da “conta movimento” (#)
- Gustavo Loyola “CMN não é Congresso” (O Estado de São Paulo, 29/9/2004) e outros artigos no “site” sobre o assunto.
- Roberto Campos. *Lanterna na Popa*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1994. Cap. 11: seções 3.3 (“A criação do Banco Central”) (*) e 3.4 (“Banco Central, uma questão de cultura”) pp. 661-674. (#)
- Minella, Ary Cesar (1988) *Banqueiros: organização e poder político no Brasil* Rio de Janeiro, Espaço Tempo Editora e ANPOCS.
- Handouts sobre a história do BC: Da SUMOC à lei 4.595 e A Constituição e o BC em tempos recentes.
- Legislação: DL 7.293/45, Lei 4.595 (versão atualizada e versão original com histórico remissivo, ambas em <http://www.bcb.gov.br/?LEIS>), e extrato da Lei 9.069/95 (#) Projeto Correa e Castro (PL 104) e substitutivos diversos (Faraco, Nogueira da Gama, destaque para o substitutivo Pasqualini com justificativa), PL 15/63 (Santiago Dantas, substitutivo Ulysses Guimarães)

4.1. Desconstrução monetária. Usura, usura real, crédito direcionado. Validade da Lei da Usura (22.262/33), anatocismo, juros “abusivos”. Controvérsia dos 12% e trancamento do Art. 192.

- Mario H Simonsen 30 Anos de Indexação Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1995. Cap. 1 (A Lei da Usura e a proibição da cláusula ouro) (#)
-

- G. H. B. Franco (2016) Moeda, bandeira e o hino: um ensaio sobre a história monetária do Brasil, 1933-2013. (no prelo) Capítulo 6, seção 6.1. (#)
- Fernando Gasparian A luta contra a Usura: o limite constitucional dos juros anuais de 12% está em vigor São Paulo, Editora Graal
- Fabiano Jantalia Juros bancários São Paulo, Atlas, 2012, Cap. 8. (jurisprudência)
- Mailson da Nóbrega "O futuro chegou: instituições e desenvolvimento no Brasil" cap. 12 A luta pela modernização institucional das finanças públicas". Rio de Janeiro, Editora Globo.

4.2. Inflação e “desconstrução monetária”: a correção monetária como “separação” das funções da moeda. Racionalização jurídica da correção monetária: nominalismo vs. “valorismo”. Dívida de valor vs. Dívida em dinheiro.

- Gilberto de Ulhôa Canto “A correção monetária e o poder liberatório do cruzeiro” em Gilberto de Ulhôa Canto & Ives Gandra da Silva Martins (coordenadores) *A correção monetária no direito brasileiro* Rio de Janeiro, Editora Saraiva, 1983.
- Julian Chacel, M. H. Simonsen & Arnaldo Wald A correção monetária Rio de Janeiro APEC, 1974. Cap. 3 “Tentativas preliminares de neutralizar a inflação”
- Tullio Ascarelli "As dívidas de valor" em Problemas das sociedades anônimas e direito comparado Saraiva Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1945.
- Fabio Konder Comparato “Cláusulas contratuais de indexação de preços” Revista de Direito Mercantil 85.
- José Luiz Bulhões Pedreira “Obrigação pecuniária – correção monetária – indexação cambial” (parecer) *Revista de Direito Administrativo* 193, julho/setembro de 1993. (#)
- Nussbaum *op. cit.* Section 13. “Inflation” (#) e Section 20 “Commodity and index clauses”
- Marcos Cavalcanti de Oliveira. Moeda, juros e instituições financeiras: regime jurídico. Rio de Janeiro, GEN-Forense, 2ª. Edição, 2009, cap. XIII “Indexação”, pp. 303-318 (#).
- Acórdão Cordeiro Guerra (RE n. 105.137.0/RS/1985): sal. min vs ORTN
- Handout sobre Correção Monetária.
- O Mercador de Veneza - William Shakespeare. Disponível em filme (Al Pacino, Jeremy Irons). A respeito ver José R. Castro Neves "Medida por Medida: o direito em Shakespear" Cap. IX O abuso de direito.
- Donna Kish-Goodling "Using the Merchant of Venice in teaching monetary economics" *Journal of Economic Education* fall 1998.

5. “Pacotões” heterodoxos e reformas monetárias desde 1986: Cruzado, Bresser, verão, Collor1 e Collor2. Mudanças de padrão monetário, conversões de contratos, salários, tributos, demonstrações financeiras e seus fundamentos. Expurgos e direitos adquiridos: tablitas, conversões pela média, novos índices e as bases jurídicas dos planos heterodoxos.

- G. H. B. Franco (2016) Moeda, bandeira e o hino: um ensaio sobre a história monetária do Brasil, 1933-2013. (no prelo) Capítulo 7.
- Letácio Jansen. Limites Jurídicos da Moeda Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2000. Capítulos 1 e 2. (pró nominalismo)
- Arnaldo Wald “Da Constitucionalidade da Tablita” cap. 4 de *O Novo Direito Monetário: os planos econômicos, os contratos o FGTS e a Justiça* São Paulo: Malheiros Editores, 1996. (#)

- Cid Heráclito “O Plano Collor, a Constituição e a Lei” em Clovis de Faro (ed) *O Plano Collor: avaliações e perspectivas* Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1990. (#)
- Ives Gandra da Silva Martins “Aspectos jurídicos do Plano Brasil Novo” em Clovis de Faro (ed) *O Plano Collor: avaliações e perspectivas* Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1990.
- Mann *op. cit.* Cap XI “The determination of the money of account: subsequent uncertainty” e Cap XII “The nominalistic principle, its scope, incidents and effects”
- Marcos Cavalcanti de Oliveira. Moeda, juros e instituições financeiras: regime jurídico. Rio de Janeiro, GEN-Forense, 2ª. Edição, 2009, cap. X “As experiências dos planos econômicos antes do Real”, pp. 219-265. (##)
- Compilação de leis principais dos diferentes planos heterodoxos: DL 2.284-86 (Cruzado), DL 2.335-87 (Bresser), Lei 7.730-89 (Verão), Lei 8.024-90 e 9.030-90 (Collor 1) e Leis 8.177-91 e 8.178-91 (Collor 2) (#)
- Handouts sobre planos heterodoxos: Cruzado e suas derivações (2013) e Plano Cruzado (2016) e Plano Collor 1 e 2.
- Acórdão alugueis Plano Cruzado, Min. Moreira Alves, RE 114 982 5 RS.
- Acórdão Tablita RE 141 190 2 SP. Ilmar Galvão, Calso Mello e Maruricio Correa.
- Documentário sobre os planos econômicos de Roberto Stefanelli Brasil país da jabuticabas,
- Gilmar Mendes "A Reforma monetária de 1990" Revista de Direito Bancário.

6.1. Ideias locais sobre reforma monetária: moeda indexada e conselho da moeda.

- G. H. B. Franco (2016) Moeda, bandeira e o hino: um ensaio sobre a história monetária do Brasil, 1933-2013. (no prelo) Capítulo 8. Seção 8.2 (#)
- Arida, Pêrsio & Lara-Rezende, André (1985) “Inflação inercial e reforma monetária” em Pêrsio Arida (org.) *Inflação Zero: Brasil, Argentina e Israel*. Originalmente “Inertial inflation and monetary reform: Brazil” em John Williamson (ed.) *Inflation and indexation: Argentina, Brazil and Israel* Washington, Institute for International Economics.
- Lara-Rezende, André (1992) “O Conselho da Moeda: um órgão emissor independente” *Revista de Economia Política* 12 (4) n. 48, outubro-dezembro.
- G. H. B. Franco “O milagre do rentenmark: uma experiência bem sucedida com moeda indexada” *Revista Brasileira de Economia* vol. 43 (3) julho/setembro, 1989.
- Rosa Lastra "International financial and monetary law" 2a. ed, Oxford University Press: Cap 2 itam H, "Currency Boards" (221-242)

6.2. Plano Real, construção da URV como reintegração das funções da moeda, a reconstrução do nominalismo (mitigado) e a “desindexação”. A polêmica em torno do Artigo 38.

- G. H. B. Franco (2016) Moeda, bandeira e o hino: um ensaio sobre a história monetária do Brasil, 1933-2013. (no prelo) Capítulo 8 (#)
- G. H. B. Franco “Plano Real e a URV: fundamentos da reforma monetária de 1993-94” em *O Plano Real e outros ensaios* Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1995. Apenas seções 2.1 até 2.6 e 2.9

- G. H. B. Franco. “The Real Plan and the Exchange Rate” *Essays in International Finance* 217, April 2000. Apenas Seção 2 “The measurement of exchange rates”.
- Saulo Ramos “Planos, Contraplanos e o Planalto” *O Estado de São Paulo* 03/03/1994 e José Tadeu De Chiara “Palpitaria” 05/03/1994 (resposta não publicada).
- Luiz Carlos Sturzeneger. “A constitucionalidade do art. 38 da Lei 8.880/94” *Revista de Direito Administrativo* 198, outubro/dezembro de 1994.
- Miguel Reale Jr. “As conseqüências gravosas do Artigo 36” (parecer) em 4 partes, 1, 2, 3 e 4,
- Mario Henrique Simonsen & Augusto Jeferson Lemos "O expurgo do resíduo inflacionário" *Parecer*, 20/06/1994.
- André Custódio Nekatschalow. “Lei 8.880/94, Art. 38 – Correção Monetária - Preços em URV e em Real – Inexistência de ofensa ao Direito Adquirido e ao Ato Jurídico Perfeito – Legitimidade – Ordem denegada” (sentença: Banco Garantia vs. Banco Central do Brasil). Em 3 partes: 1, 2 e 3.
- Marcos Cavalcanti de Oliveira. *Moeda, juros e instituições financeiras: regime jurídico*. Rio de Janeiro, GEN-Forense, 2ª. Edição, 2009, cap. XI “O Plano Real”, pp. 219-265. (#)
- Artigos de jornal importantes (debates): A. Wald & Ives Gandra "O real expurgo do Real" *O Globo* 30/05/1994; Ives Gandra "O expurgo de sempre", Edmar Bacha "O indexador cerveja" e Geraldo C. Vidigal "ganhos e prejuizos" todos em *Folha de São Paulo* 28/05/1994.
- Cartilhas e manuais explicativos sobre o Artigo 38.
- Hand out sobre URV - Lei 8.880/94.
- Hand out (slides) sobre Lei 9.069/94 - Plano Real 2a parte.
- Lei 8.880/94 (URV), Lei 9.049/95 (Real) e Lei 10.192/01 (Desindexação). (#)

6.3. Independência e boa governança da moeda. Organização institucional da moeda no sec. XXI. O fim do papel, moedas digitais, “Moeda pública”.

- G. H. B. Franco (2016) *Moeda, bandeira e o hino: um ensaio sobre a história monetária do Brasil, 1933-2013*. (no prelo) Capítulo 9. (#)
- Eijffinger, Sylvester C. W. & De Haan, Jacob (1996) “The political economy of central bank independence” *Special Papers in International Economics* n. 19, Maio.
- C. Goodhart, F. Capie e N. Schnadt (1994) “The development of central banking” em Forrest Capie *et al.* (orgs.) *The future of central banking: the tercentenary symposium of the Bank of England* Cambridge, Cambridge University Press.
- Crowe, Christopher & Meade, Ellen E. (2007) “The evolution of central bank governance around the world” *Journal of Economic Perspectives* 21(4) Fall. (#)
- Douglas Holmes (2014) *Economy of words: communicative imperatives in Central Banks* Chicago, The University of Chicago Press.

PROVA FINAL 2016 - clique aqui.